

## Artigo

# O uso político do discurso do ódio na política brasileira: o racismo em cena

**Bruna Bayer; Nicolle Codorniz; Rosana Rossatto; Vitório Levandoski; Fabíola Malaguez; Júlia Martini**

**Resumo.** O presente artigo problematiza o racismo no Brasil através do uso dos discursos de ódio na conjuntura da política brasileira. Buscamos, em excertos de discursos midiáticos e em recortes da história do Brasil, compreender a circulação, manutenção e os efeitos desse discurso no laço social ao longo da história da nação. Usamos de alguns conceitos basilares da Psicanálise de Sándor Ferenczi, sobre a teoria do trauma e o conceito de desmentido, bem como pensadores da sociologia e filosofia, a fim de refletir as subjetividades produzidas nesse contexto de ódio. Por fim, ao tomar contato com alguns pensadores, entendemos que a Psicanálise, concebida como um método de tratamento e de investigação do sofrimento humano, possibilita a articulação e o entendimento dos fenômenos sociais e seus efeitos na subjetividade. Ou seja, um dispositivo ético-político que dispõe de ferramentas para trabalhar com as manifestações inconscientes da história do povo brasileiro.

**Palavras chave:** discurso de ódio; racismo; psicanálise.

## El uso político del discurso del odio en la política brasileña: racismo en escena

---

\* Psicóloga e psicoterapeuta de orientação psicanalítica. Coordenadora da Pesquisa Psicanálise e Política no Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [brunafloresbayer@gmail.com](mailto:brunafloresbayer@gmail.com)

\*\* Psicóloga clínica. Especialista em psicoterapia psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [nicollecodorniz@live.com](mailto:nicollecodorniz@live.com)

\*\*\* Psicoterapeuta de orientação psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Caxias, RS, Brasil. E-mail: [rosana\\_rossatto@hotmail.com](mailto:rosana_rossatto@hotmail.com)

\*\*\*\* Psicólogo e psicoterapeuta de orientação psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [vitóriolevandoski@gmail.com](mailto:vitóriolevandoski@gmail.com)

\*\*\*\*\* Psicoterapeuta de orientação psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Servidora Pública na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [fabiola.malaguez@hotmail.com](mailto:fabiola.malaguez@hotmail.com)

\*\*\*\*\* Psicóloga e psicoterapeuta de orientação psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [juliacmartini@hotmail.com](mailto:juliacmartini@hotmail.com)

**Resumen.** Este artículo problematiza el racismo en Brasil mediante del uso del discurso de odio en el contexto de la política brasileña. Buscamos, en extractos de discursos midiáticos y recortes de la historia de Brasil, comprender la circulación, el mantenimiento y los efectos de ese discurso en el lazo social a lo largo de la historia de la nación. Utilizamos algunos conceptos básicos del psicoanálisis de Sándor Ferenczi sobre la teoría del trauma y el concepto de desmentido, así como de pensadores de la sociología y la filosofía para reflejar las subjetividades producidas en este contexto de odio. Finalmente, al tomar contacto con algunos pensadores, comprendemos que el Psicoanálisis, concebido como método de tratamiento e investigación del sufrimiento humano, posibilita la articulación y comprensión de los fenómenos sociales y sus efectos en la subjetividad. Es decir, un dispositivo ético-político que posee herramientas para trabajar con las manifestaciones inconscientes de la historia del pueblo brasileño.

**Palabras clave:** discurso del odio; racismo; psicoanálisis.

### **The political use of hate speech in Brazilian politics: racism on the scene**

**Abstract.** This article problematizes racism in Brazil through the use of hate speech in the context of Brazilian politics. We seek, in excerpts from media discourses and excerpts from the history of Brazil, to understand the circulation, maintenance and effects of this discourse on the social bond throughout the nation's history. We use some basic concepts of psychoanalysis by Sándor Ferenczi on trauma theory and the concept of denial, as well as sociology and philosophy thinkers in order to reflect the subjectivities produced in this context of hate. Finally, by making contact with some thinkers, we understand that Psychoanalysis, conceived as a method of treatment and investigation of human suffering, enables the articulation and understanding of social phenomena and their effects on subjectivity. In other words, an ethical-political device that has tools to work with the unconscious manifestations of the history of the Brazilian people.

**Keywords:** hate speech; racism; psychoanalysis.

### **L'usage politique du discours de haine dans la politique brésilienne: le racisme sur la scene**

**Résumé.** Cet article problématise le racisme au Brésil à travers l'utilisation de discours de haine dans le contexte politique brésilien. Nous cherchons, à travers des extraits de discours médiatiques et des coupures de l'histoire du Brésil, à comprendre la circulation, le maintien et les effets de ce discours sur le lien social tout au long de l'histoire de la nation. Nous utilisons quelques concepts de base de la psychanalyse de Sándor Ferenczi, sur la théorie du traumatisme et le concept de déni, ainsi que de penseurs de la sociologie et de la philosophie, afin de refléter les subjectivités produites dans ce contexte de haine. Enfin, en contactant certains penseurs, nous comprenons que la psychanalyse, conçue comme méthode de traitement et d'investigation de la souffrance humaine, permet d'articuler et de comprendre les phénomènes sociaux et leurs effets sur la subjectivité. En d'autres termes, un dispositif éthico-politique qui fournit des outils pour travailler avec les manifestations inconscientes de l'histoire du peuple brésilien.

**Mots-clés:** discours de haine; racisme; psychanalyse.

*“Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra  
Brasil, meu denigo  
A mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500  
Tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado*

*Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato  
Brasil, o teu nome é Dandara  
Tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati  
Salve os caboclos de julho  
Quem foi de aço nos anos de chumbo  
Brasil, chegou a vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles”*

(*História para ninar gente grande* foi o enredo apresentado pela Estação Primeira de Mangueira no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro de 2019)<sup>1</sup>

Nos últimos anos, a conjuntura da política brasileira revela uma intensificação das posições extremistas marcada pela intolerância nos debates políticos, bem como nas relações sociais. Paralelamente, discursos independentistas, nacionalistas, isolacionistas (Hur, 2020) se potencializam na opinião pública, prevalecendo a circulação do ódio no tecido social. Diante do cenário de proliferação de discursos de ódio, nosso grupo de pesquisa<sup>2</sup> propõe uma reflexão sobre a manutenção e os efeitos gerados a partir do uso dos discursos extremistas, monolíticos, assim como as consequências na formação do laço social.

Diante do aumento desses discursos na vida política brasileira, propomos um estudo dialógico-reflexivo com ênfase na problemática do racismo no Brasil. Para tanto, utilizamos recortes da teoria psicanalítica, especialmente no que o psicanalista Sándor Ferenczi propõe a partir da sua teoria do trauma; também nos acompanharam neste percurso alguns autores das áreas do conhecimento da sociologia e da filosofia. O intento do grupo é o de provocar a pensar nos princípios organizadores desses discursos, os modos de circulação e as subjetividades que estão sendo produzidas neste contexto de ódio.

No transcorrer desse processo, utilizamos como disparador para a escrita deste artigo excertos de discursos midiáticos que sustentam a lógica do racismo no Brasil. Como uma fala em 2017, antes de se tornar presidente da República, na qual Jair Bolsonaro afirmou, em uma palestra para cerca de 300 pessoas no Rio de Janeiro: “Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (“Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica”, 2017). Já em pleno exercício presidencial: “Essa coisa do racismo, no Brasil, é coisa rara. O tempo todo jogar negro contra branco, homo contra hétero, desculpa a linguagem, mas já encheu o saco.”

A esse respeito, reconhecemos que o discurso bolsonarista está implicado numa visão de mundo bélica expressa na retórica do ódio. Quando um líder político faz uso de uma linguagem específica, composta por teorias conspiratórias nas quais se elegem inimigos a serem combatidos, reconhecemos o ódio como afeto político utilizado para a manutenção de determinada forma de poder. a partir desses atos de fala, discursos, formas de agir e pensar que

<sup>1</sup> *História para ninar gente grande*. Acesso em: <[letras.mus.br/wantuir/historias-para-ninar-gente-grande](http://letras.mus.br/wantuir/historias-para-ninar-gente-grande)>.

<sup>2</sup> O grupo de pesquisa é formado por sócios do Instituto de Ensino e Pesquisa e Psicoterapia (IEPP/POA, RS). O grupo se dedica a estudar as articulações da Psicanálise com a Política.

estão sendo criadas. Cabe, aqui, pensar as implicações dessa forma de garantia de poder no que refere ao racismo no Brasil.

### **“O Brasil tem um enorme passado pela frente<sup>3</sup>”: reflexões acerca do racismo**

O filósofo Walter Benjamin (1936) analisa o desaparecimento do narrador frente a uma crise da comunicabilidade da própria experiência. Ao dissertar sobre o ofício do narrador e da sua ligação com o trabalho manual, o autor nos remete a importância da sabedoria e reafirma o quanto esse conceito está desaparecendo, “a arte de narrar está definindo porque a sabedoria [...] está em extinção” (1936, p. 201). Dessa forma, a transmissão do conhecimento da vida que se configura por meio de versões constitutivas de um mundo estaria se perdendo. Enfatiza o desdém do indivíduo moderno pelas tradições artesanais da comunicação oral, reverberando uma perda da sensibilidade pelas experiências coletivas. A esse respeito, quais associações podemos estabelecer entre esse recorte do pensamento de Benjamin com fragmentos da história do Brasil? Podemos pensar que há uma crise das narrativas no Brasil em detrimento de uma interpretação dominante da história do nosso país?

Em seu texto *Experiência e pobreza* (1933), o autor faz uma reflexão sobre a experiência traumática da guerra e a impossibilidade da narrativa falada. Nesse ensaio, apresenta a fratura da memória enlaçada na experiência dos soldados que voltaram da guerra. Afirma que os sobreviventes voltavam mudos: “na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (Benjamin, 1933/2012, p. 124). Consoante a isso, temos três séculos de escravidão no Brasil; quais as reverberações desse assujeitamento do povo negro no que refere a capacidade de narrar-se?

No decorrer de sua obra, o autor nos chama a atenção para o estreito e ingênuo laço que existe na relação entre o narrador e o ouvinte. Essa relação é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Nesse ponto, entra a faculdade da memória, considerada, por ele, a mais épica das faculdades. O mais importante, para um ouvinte totalmente imparcial, é assegurar a possibilidade de reprodução do que lhe foi narrado.

No final do século XIX, tivemos a abolição da escravatura, mediante a Lei Áurea. Segundo Schwarcz (2019, p. 30), a lei não ressarcia os senhores, os quais esperavam receber indenização do Estado por suas “perdas”. No entanto, também não previu nenhuma forma de integração das populações recém libertas, inaugurando um período chamado de pós-emancipação, que teve data precisa para começar mas não para terminar. Segundo Schwarcz (2019), há alguns paradoxos presentes na história que nos provocam. Temos 55% da população composta por pardos e negros, a esse respeito a autora refere que o Brasil seria o segundo maior país de população originária da África. Paralela a essa realidade, encontramos uma nação regida pela lógica da desigualdade racial. Se o racismo deixou de ser aceito como uma teoria científica, ele segue presente e atuante enquanto ideologia social.

Segundo Noemi Moritz Kon (2017), o Brasil é um país traumatizado que até hoje não reparou as dores causadas pela colonização e anos de escravidão. Para a psicanalista, ainda restam camadas profundas de colonização e modos de escravidão enraizadas no nosso tecido social, que se alimentam no tempo presente e fomentam a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016) que acomete grande parte da população brasileira.

---

<sup>2</sup> Frase de autoria de Millôr Fernandes (1923—2012). Foi um desenhista, humorista, tradutor, escritor e dramaturgo brasileiro.

A história que aqui narramos é marcada pelo sonho da supremacia branca em dominar e subalternizar o sujeito negro, assim Maria Aparecida Bento (2002), em seu texto *Branqueamento e branquitude no Brasil*, situa a apropriação simbólica cometida pelos brancos, que colocam seu grupo como padrão, fortalecendo a autoestima destes às custas dos demais, legitimando a supremacia econômica, política e social. A autora aponta dados importantes sobre a história do Brasil, ao expor o privilégio simbólico da brancura, complexificando o debate sobre vulnerabilidades, uma vez que desvela desigualdades entre negros e brancos mesmo em situação de pobreza. Desse modo, na formação do país, os brancos saíram com benefícios concretos e simbólicos, benefícios que, por não serem reconhecidos enquanto tal, impossibilitam uma responsabilização e conseqüente promoção de políticas compensatórias para a população negra.

Nesse sentido, Jessé Souza (2009) corrobora com essa ideia, pois questiona o equívoco em relação ao mapeamento dos problemas sociais e políticos do Brasil quando reduzido apenas a uma questão histórica. Discute a desigualdade social a partir do vértice da violência simbólica, que propicia a naturalização das desigualdades como um modo de sustentar e reproduzir ainda mais o racismo e as segregações que a população brasileira vive. Souza, categoricamente, afirma que na contemporaneidade existem novas formas de legitimar a violência, que se aproximam do passado histórico brasileiro com uma nova roupagem; não é mais o chicote do Senhor de escravo, e sim a partir de ferramentas oferecidas pelo neoliberalismo, que propõe visões “economicistas” (Souza, 2009, p. 16) e redutoras da realidade social, ou seja, é uma visão que reduz a problemática social e política à lógica da acumulação econômica.

Ainda assim, Jessé Souza (2009) faz uma crítica à dicotomização que se apresenta entre o mercado divinizado e o Estado demonizado, o que gera invisibilidade para os conflitos sociais e para as pessoas que se encontram em situação vulnerável. Sobretudo, essa invisibilidade sustenta um tipo de “economicismo” que, de tão hegemônico, tornou-se a linguagem comum e aceita por uma grande parte da população. Desse modo, o capitalismo neoliberal ganha cada vez mais espaço e alimenta a máquina da desigualdade social, de forma a encobrir os conflitos sociais mais profundos e fundamentais do Brasil.

Souza (2021) defende que o racismo é tratado regularmente de forma superficial por parte da sociedade, inclusive entre intelectuais, já que o neoliberalismo se utiliza do discurso antirracista como forma de se legitimar, apropriando-se do “lugar de fala” na luta antirracista para fortalecer ainda mais as opressões. A narrativa neoliberal, que domina principalmente o ambiente de trabalho, transforma sua estratégia de exploração em uma suposta liberdade progressista, como se o sujeito tivesse se emancipado, suas condições de vida de fato melhoradas. O que o autor denuncia são os desmentidos da sociedade brasileira que converte a estrutura do racismo em um problema puramente individual e meritocrático, e veremos que essa é uma corrente de pensamento que enaltece as desigualdades e não a combate de nenhuma forma. Além do capitalismo financeiro propor a ideia de que o racismo e outras formas de opressão se solucionaram diante de suas medidas, utilizando a imagem de um baixo percentual de pessoas que de fato conseguiram ascender de classe, para alegar sua eficácia no discurso antirracista.

Quando se estabelece que nosso sistema econômico abre oportunidades para todas as pessoas, independentemente do contexto de opressão em que cada grupo de pessoas está inserido, distanciamos-nos dos principais pilares que perpetuam aspectos traumáticos na sociedade. Jessé (2021) afirma a existência de uma transmissão familiar e escolar que repassa valores e modos de ser para cada classe social e, ao mesmo tempo, a estrutura racista e

neoliberal sustenta que todas as pessoas podem chegar em um mesmo lugar se houver esforço/mérito próprio. Nessa lógica, se existisse meritocracia, não seria necessário reconhecer a desigualdade social e combatê-la, já que cada pessoa poderia modificar sua realidade se apenas tivesse disponibilidade de sair da situação de pobreza, pois o sistema abriria oportunidades iguais para toda a sociedade.

Considerar a relação entre classes sociais e raça, para além da quantidade de renda, é abrir ao diálogo sobre as raízes que sustentam o racismo e a desigualdade social. A partir disso, reconhecendo os elementos traumáticos que cresceram junto com o desenvolvimento da história brasileira e, ao mesmo tempo, permaneceram invisibilizados. Atentarmo-nos a essas reflexões redonda em mexer nas resistentes estruturas de uma sociedade que demonstra não estar disposta a sair do conforto indigesto do ódio e da desigualdade, enaltecendo o mito da democracia racial diante da violência multidimensional do racismo<sup>4</sup> (Souza, 2021). Logo, a discussão sobre o desmentido possibilita aprofundar sobre esses aspectos traumáticos da história que, determinadamente, foram postos à margem e sem reconhecimento.

### **Desmentido como manutenção do racismo**

“Um evento chamado “Minha Cor é o Brasil” (Rodrigues & Moliterno, 2022) foi divulgado pelo governo com o intuito de disseminar ideias que negam a existência do racismo, contendo na imagem de divulgação, frases como: “Meritocracia não tem cor, o sucesso não tem cor, a cultura e racismo não tem cor, o Brasil não é um país racista.”. No site do evento consta que o encontro será remarcado e está escrita a frase “A força do Brasil é a união do seu povo, porque a nossa cor é, e sempre será, o Brasil!” (2022).

O psicanalista Sándor Ferenczi<sup>5</sup> (1933) apresenta como traumática a experiência perceptiva e afetiva dolorosa desmentida por um outro sujeito. Além do trauma em si — primeiro tempo —, o que seria realmente traumático é o não reconhecimento pelo outro do sofrimento — segundo tempo —, o desmentido acarretando na negação da narrativa e das possibilidades de narrativização de um trauma, o que promove uma anulação da subjetividade do sujeito. Tanto a verdade sobre si e sobre os acontecimentos, como a própria sensação de bem-estar no presente e sua possibilidade no futuro são aniquiladas, destruindo a esperança e o sentimento de confiança no mundo. Assim, o autor afirma: “O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...] é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico” (Ferenczi, 1931 p. 91).

As considerações de Ferenczi nos oferecem subsídios para ampliar a escuta psicanalítica e compreender como o trauma pode se reproduzir na cultura, na sociedade e na política. A esse respeito, a psicanalista Jô Gondar (2012) contribui ampliando o olhar sobre a presente teoria psicanalítica, visando os fenômenos sociais e políticos que incidem no cotidiano brasileiro, detendo-se sobre como as questões da micropolítica do sujeito afetam o tecido social, atingindo

---

<sup>4</sup> O conceito de racismo multidimensional foi nomeado pelo sociólogo Jessé Souza, e se refere às múltiplas formas de racismo: o racismo global, o racismo de classe e o racismo racial.

<sup>5</sup> No texto *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1933), Ferenczi se atenta à influência da realidade externa nas experiências traumáticas, utilizando o exemplo do abuso sexual infantil. Trata-se de um acontecimento que decorre em dois tempos: em um primeiro momento, ocorre a violência em si do abuso; no segundo tempo, o incidente é narrado pela vítima a um adulto de sua confiança, porém essa escuta não é efetiva e a criança é descredibilizada. Para o autor, o trauma é o desmentido, quando um adulto não acredita na criança violada.

a macropolítica. Gondar (2022) afirma que o Brasil possui um racismo desmentido, ou seja, velado ao longo de sua história, diferentemente da realidade do racismo em outros países que se detiveram à segregação de forma concreta e explícita: “Os negros sentem o racismo na pele, enquanto que com os brancos tudo se passa como se, por um lado, eles soubessem, silenciosamente, que existe racismo no Brasil, mas por outro lado pudessem crer que ele não existe.” (2022, p. 35)

O desmentido ocorre mediante o não reconhecimento da condição do sujeito e de sua experiência vivida (Gondar, 2012), que relacionamos com a raiz histórica de negação do problema do racismo por grande parte da sociedade brasileira, atravessando o sujeito negro e persistindo intacto ao longo do tempo, ou seja, o trauma é naturalizado em seu cotidiano. Assim, a autora salienta que na dinâmica social há uma vulnerabilidade protegida em detrimento a subjetividades expostas a situações de violência, humilhação e exploração (Gondar, 2012). Desse modo, entendemos que o reconhecimento ocorre quando se reconhece a vulnerabilidade do outro (Brum, 2021). Para Gondar (2012), todos os sujeitos possuem a necessidade de serem vistos, escutados e respeitados; com isso, falhas nesse reconhecimento resultam em violações na integridade daquele indivíduo. Souza (2021) afirma que a existência do racismo multidimensional destrói a autoestima, a autoconfiança e o auto valor de determinados grupos sociais, isto é, o reconhecimento social de cada sujeito.

Lia Schucman (2020) contribui ao definir o conceito de branquitude como um nó conceitual que vem sendo estudado por contemporâneos que se debruçam sobre o tema da identidade branca. Deve-se levar em conta o contexto social, cultural, histórico e político de cada região; ser branco e ocupar o lugar simbólico da branquitude tem conotações diferentes, dependendo do lugar social em que o sujeito está localizado. Portanto, a branquitude deve ser compreendida como a posição do sujeito, que advém de eventos históricos e políticos determinantes. Ainda assim, a branquitude se caracteriza por pessoas que ocupam uma posição de privilégio no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, herança do colonialismo e do imperialismo, estendendo-se até a contemporaneidade.

Mesmo entre segmentos da sociedade implicados com a luta por direitos fundamentais para classes oprimidas, como as mulheres e os trabalhadores, percebe-se os privilégios da branquitude e o silêncio quanto às relações raciais. Bento (2002) aborda essa questão a partir da exclusão moral, definida enquanto desvalorização do outro como ser humano – condição que ocorre quando grupos são colocados fora dos limites protegidos pelos valores éticos e humanos. Assim, os sujeitos excluídos são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação (Bento, 2002).

As teorias de Bento (2002; 2022) e de Schucman (2020) apontam para um pacto narcísico entre brancos que negam a existência do racismo e buscam garantir sua manutenção. Entendemos que o pacto narcísico é representado a partir do discurso de meritocracia, conceito defendido por uma parcela grande da população como um meio de “igualdade”. O fenômeno descrito evidencia a urgência de intervenções em relação ao poder da raça dominante; assim, é imprescindível reconhecer, explicitar e transformar as alianças e pactos silenciosos que mantêm a branquitude como raça dominante.

Gondar (2022) reflete o racismo além da pele, mas na hierarquia instalada pela branquitude que estabelece relações de poder e silencia o branco como raça. A partir disso, utiliza-se o discurso de miscigenação, como se a igualdade racial no Brasil fosse uma realidade e, com isso, não conseguimos acessar os desdobramentos da branquitude nas práticas e relações sociais.

Segundo a autora, a branquitude se manifesta de algumas formas, seja no espaço privado por meio de piadas racistas, de discursos de superioridade dos brancos e pelo silêncio diante desses, ou então, em espaços públicos, onde a branquitude não é considerada, “e a miscigenação é usada como uma espécie de fetiche” (p. 37).

Tanto o conceito de Branquitude como o pacto narcísico da Branquitude nos remetem diretamente à ideia de desmentido do modo como é usado por Ferenczi em sua teoria do trauma. A existência do racismo no Brasil e de uma dívida histórica para com os povos escravizados e torturados e seus descendentes é desmentida, dificultando que essas histórias possam ser contadas e que sejam tomadas medidas verdadeiramente reparadoras.

Para Souza (2021), a hierarquia moral construída socialmente dividiu quem é superior e quem é inferior, e o racismo se utiliza dessa hierarquia para se legitimar, reduzindo o negro à animalização e o convencendo desse lugar sem valor. Há uma dupla questão entre o reconhecer-se e o ser reconhecido, um ocorre a partir do outro, assim o sujeito necessita ser reconhecido pelo outro para poder reconhecer o que ele próprio vivenciou. Falhas no reconhecimento podem levar a rupturas no sentimento de si, produzindo angústias, sensações de irrealidade e de que suas experiências não são verdadeiras (Brum, 2021). Tanto o reconhecimento quanto o não reconhecimento não se simplificam nas condições pessoais daqueles sujeitos, mas são bases para a construção dos fundamentos da lei e da justiça, como, por exemplo, a Legislação que institui a política de cotas (*Lei nº 12.711*, 2012) e a criminalização dos atos considerados injúria racial (*Lei nº 14.532*, 2023). É a partir do reconhecimento da vulnerabilidade de qualquer um que o sujeito tem condições para existir (Gondar, 2012), isto é, uma vulnerabilidade reconhecida poderá vir a ser protegida.

Cabe salientar o que nos diz Grada Kilomba (2020): “a irracionalidade do racismo é o trauma” (p. 40), o sujeito negro é colocado pela branquitude em um outro lugar, “sempre colocado como “Outro/a”, nunca como “Eu”. Diante da imagem de Anastácia, uma mulher negra escravizada e castigada a usar uma máscara de ferro no rosto que a impedia de se alimentar, a autora questiona o que poderia ser escutado sem a máscara que recobre a boca, essa parte de nosso corpo que é representante da fala e da posse. Dá-se o encontro do branco com a verdade, com os segredos da História que os brancos têm medo de ouvir e recusam o reconhecimento dos fatos.

A autora ainda levanta a ideia de Jenny Sharpe sobre a atemporalidade do colonialismo, de modo que a história da escravização assombra e se faz presente o tempo inteiro sob os sujeitos negros e, por isso, torna-se fundamental contar essa história de forma verídica. Essa assombração de um fantasma branco é consequência de um enterro inadequado feito pela narrativa dominante, assim como ocorre com o funcionamento de um trauma não reconhecido, que se faz ser lembrado incessantemente pelo racismo cotidiano. Isso impossibilita a elaboração de um luto que leve a saídas mais justas, verdadeiras e reparatórias do ponto de vista social.

Sobre os processos de subjetivação do povo brasileiro, entendemos que há um estado de apagamento do negro desde a escravização, isto é, do não-reconhecimento de sua humanidade e vulnerabilidade. Esse processo se intensifica com a propagação da ideia de democracia racial no Brasil, após a Lei Áurea. Em sua obra *Casa grande e senzala* (1933), Gilberto Freyre, indo além das imposições dos valores europeus, refere a democracia racial como sendo resultado do processo de miscigenação do país. O autor sugere que a necessidade de conviver com diferentes etnias, credos, culturas foi o que possibilitou o nascimento de um povo pacífico. Para o sociólogo, era o processo de miscigenação que gerava um povo mais forte e apto ao desenvolvimento. Para o autor, no Brasil não haveria racismo, já que não viveríamos um

sistema de claro *apartheid*, como houve na África do Sul. Entendemos a explanação do autor Gilberto Freyre como mais uma repetição do trauma, como mais um desmentido da história da população brasileira.

A deslegitimação e o apagamento da história brasileira e, conseqüentemente, da população negra, são pensados e escritos por diferentes autoras e autores ao longo do tempo. No entanto, é a partir da escuta de algumas falas emblemáticas que percebemos o quanto o discurso de ódio dirigido aos corpos negros, bem como a reprodução do desmentido na questão do racismo, solidificou-se durante os anos de governo de extrema-direita no Brasil. Por exemplo, o ex-vice-presidente, General Mourão, diante de mais um assassinato brutal de um homem negro, João Alberto Freitas, em um supermercado Carrefour em Porto Alegre/RS, afirma:

"Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. Em princípio, é uma segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui". (Mazui, 2020).

Cida Bento (2022) afirma que a branquitude autoritária é uma espécie de autorização para a figura do político ser grosseiro, antidemocrático, machista, racista, homofóbico e violento em suas ações. Tais atitudes provocam identificação em uma parcela da sociedade que sustenta e reforça o racismo, o machismo, o fascismo, e é assim que os políticos conseguem construir o projeto nacionalista do homem branco por diversos lugares do mundo. A autora aponta como fundamental a tomada de consciência dos brancos acerca da herança escravocrata, possibilitando que gerações reconheçam o que foi herdado do passado para si nos dias atuais, e apoiadas nisso, possam debater e resolver todo esse histórico de opressão e silenciamento, além de construir outros pactos civilizatórios para nossa sociedade.

Adichie (2019) alerta sobre a forma como uma história é narrada e contada, pois histórias escritas por um único viés são atravessadas pelas estruturas de poder em uma sociedade: "A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos" (p. 28) — indo ao encontro dos efeitos do desmentido: a impossibilidade que se coloca para que o sujeito tenha possibilidade de narrar e representar a dor da vivência traumática. A negação do trauma racial insere o racismo em um lugar distante, em outro tempo cronológico, ao mesmo tempo reforçando os discursos de ódio e mantendo intactas as desigualdades, como forma de desmerecer e impossibilitar o reconhecimento e historicização das diversas fissuras que acompanham a história do Brasil. Por isso, a história se consagrou com uma narrativa única predominantemente branca, eurocêntrica e heterossexual, escrita pelos traumatizadores.

### **Por uma psicanálise antirracista: algumas considerações finais**

Como afirma Kupermann, "saber dói" (2017, s/p.); a lembrança e o pensamento sobre a situação traumática, se não simbolizados, podem ser (re)traumatizantes, como vemos acontecer em nossa atual conjuntura política e social brasileira. O silenciamento imposto ao sujeito negro carrega, até hoje, as raízes do racismo que estruturou o Brasil, ainda que a história não contada seja marcada por sujeitos que foram torturados e mortos injustamente. Grada Kilomba (2020) sustenta que a escrita crítica do silenciamento vivenciado pelos negros é uma forma de resistir e recuperar a história perdida (2020, p. 27). Citando bell hooks, Grada aponta que é obrigação

moral escrever a história, na medida em que se trata de uma história que foi contada a partir de um viés que romantiza a violência: “escrever, portanto, emerge como um ato político” (Kilomba, 2020, p. 28).

Portanto, entendemos que a Psicanálise é um dispositivo ético-político que apresenta recursos para trabalhar com as manifestações inconscientes da história do povo brasileiro, assim como com os discursos de ódio que atravessam as questões raciais. Acreditamos que a Psicanálise, implicada nas demandas do laço social, é um dispositivo antirracista e fundamental no tensionamento de tudo que acomete o ódio, propondo denunciar os desmentidos que mantêm o sistema de opressão, além de criar ferramentas para a narratividade da história. A partir disso, possibilita-se exercitar a escuta e o reconhecimento de tudo que permanece, de geração em geração, invisibilizado pela estrutura ancorada na história da escravização, esta que continuou em diversas formas de exclusão por meio de outras roupagens.

Além disso, buscamos sustentar uma Psicanálise imbricada com outras áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a literatura e a sociologia, entendendo que a escuta psicanalítica pode dialogar com outros campos do conhecimento e se aprofundar de questões complexas para além do intrapsíquico. Afora a percepção sensível e crítica da arte e da música, assim como iniciamos este artigo, com um samba-enredo que levanta outras narrativas e tensionamentos de nossa história, contrapondo-se às falas do ex-presidente compartilhadas pela mídia, que reproduzem o Brasil colonial e escravocrata que se manteve confortável na perpetuação das desigualdades.

Concluimos o presente artigo em 2023, após turbulências políticas e muitos debates sobre violência e racismo, que estremeceram a sociedade em todo país. Entre tantas pressões políticas antidemocráticas nos últimos quatro anos, em junho de 2023, o Brasil reafirma seu compromisso e honra à história da democracia brasileira pós-ditadura militar, tornando inelegível por 8 anos o ex-presidente Jair Bolsonaro, por atos que colocam em xeque as instituições brasileiras. Para finalizar, escolhemos o discurso do advogado e filósofo Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, citando seu discurso de posse, em janeiro de 2023:

“Como ministro de Estado, ousou dizer que o Brasil ainda não enfrentou a contento os horrores da escravidão, como outros traumas que se avolumam sobre nós, o que permite que a obra da escravidão se perpetue no racismo, na fome, no subemprego e na violência contra os homens e as mulheres pretas e pobres deste país. Assim como muitos, desejo seguir em frente. Eu quero seguir em frente. Mas jamais aceitaremos o preço do silenciamento e da injustiça. A verdadeira paz será aquela que construiremos com a verdade, com o cultivo da memória e a realização da justiça. [...] Homens e mulheres pretos e pretas do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. Povos indígenas deste país, vocês existem e são valiosos para nós.” (“Silvio Almeida reverencia luta por memória, verdade e justiça em discurso de posse como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania”, 2023).

## Referências

Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

- Benjamin, W. (2012). O narrador. In Benjamin, W. [Autor], *Magia, técnica, arte e política*. (Obras escolhidas I). São Paulo, Brasil: Brasiliense. (Original publicado em 1936)
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi : <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>
- Bento, C. (2022). *O Pacto da Branquitude*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Brum, S. (2021). *Trauma e reconhecimento na clínica psicanalítica*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 24(1), 75-91, mar. 2021. Doi : <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n1p75.5>.
- Hur, U. D; Sabucedo, M. J. (2020) *Psicologia dos extremismos políticos*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Ferenczi, S (2011). Análise de crianças com adultos. In: Obras Completas v. 4. 2. ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1931)
- Ferenczi, S (2011). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In: Obras Completas v. 4. 2. ed. São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Freyre, G. (2019). *Casa-grande & senzala*. São Paulo, Brasil: Global Editora e Distribuidora Ltda. (Original publicado em 1933)
- Gondar, J. (2012). *Ferenczi como pensador político*. Cadernos de Psicanálise (Rio de Janeiro), 34 (27), 193-210. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt)
- Gondar, J. (2022). Um racismo desmentido. In: *Com Ferenczi – o coletivo na clínica: racismo, fragmentações, trânsitos*. São Paulo, Brasil: Zagodoni Editora.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Brasil: Cobogá.
- Kon, N. M.; Silva, M. L.; Abud, C. C. (2017). *O racismo negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo, Brasil: Perspectiva.
- Kupermann, D. (2017). *O poder da palavra e a origem do pensamento freudiano*. In: Boletim de Psicologia. v. 62 n. 136. São Paulo.
- Kupermann, D. (2017). *Estilos do cuidado: a Psicanálise do traumático*. 1. ed. São Paulo, Brasil: Zagodoni Editora.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm).
- Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. (2023, 11 de janeiro). Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm)

- Mazui, G. (2020, 20 de novembro). 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtm>
- Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos. (2023, 30 de junho). Tribunal Superior Eleitoral. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>.
- Rodrigues, L.; Moliterno, D. (2022, 15 de julho). “Minha Cor é o Brasil”, evento que negava o racismo no país, é cancelado. CNN. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/minha-cor-e-o-brasil-evento-que-negava-o-racismo-no-pais-e-cancelado>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo, Brasil: Escuta/Fapesp.
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo, Brasil: Veneta.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Brasil: Editora Companhia das Letras.
- Silvio Almeida reverencia luta por memória, verdade e justiça em discurso de posse como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023, 3 de janeiro). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Recuperado em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/silvio-almeida-reverencia-a-luta-por-memoria-verdade-e-justica-em-seu-discurso-de-posse-como-ministro-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania>
- Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Estação Brasil.

**Revisão gramatical:** Lucas Kirschke da Rocha  
**E-mail:** [lucaskdarocha@gmail.com](mailto:lucaskdarocha@gmail.com)

Recebido em fevereiro de 2024 – Aceito em outubro de 2024.